

PALÁCIO ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 7 DE SETEMBRO DE 1998

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Dona Ana Maria Maciel; Dom Eugênio Sales, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro; Senhor Ministro da Justiça, Renan Calheiros; Senhores Ministros de Estado; Senhor Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Doutor José Gregori; Senhoras e Senhores,

Mais uma vez, dedicamos o 7 de Setembro aos direitos humanos. Em 1995, convidamos os brasileiros e as brasileiras a uma grande mobilização em favor dos que sofrem violência ou discriminação. No ano seguinte, focalizamos um projeto de que todos nos orgulhamos: a retirada das crianças do trabalho em situações penosas. Em 1997, lançamos um desafio ao País: colocar toda criança na escola.

Neste ano, quero homenagear todos os que, no Governo ou nas organizações da sociedade, se dedicam a assegurar os direitos dos desprotegidos. Os que aqui se encontram representam milhares de brasileiros anônimos, com os quais compartilhamos as mesmas convicções.

A garantia dos direitos às mulheres, às crianças, aos idosos, aos negros e aos índios é um valor fundamental do Brasil que queremos construir, e estamos construindo.

Agradeço ao Orlando Villas Bôas e à Dona Zilda Arns, que, muito antes de os direitos humanos terem ingressado na agenda dos governos, dedicaram suas vidas a assistir os índios e as crianças.

Obrigado ao Milton Nascimento, ao Renato Aragão, ao Gilberto Gil, à Daniela Mercury, à Regina Duarte, à Zezé Motta e a tantos outros artistas, cantores, atores, jornalistas, que se empenharam em chamar a atenção da opinião pública para essa causa.

Parabéns aos funcionários do Governo, sindicalistas e professores que ajudaram a retirar as crianças das carvoarias, dos canaviais e dos laranjais para colocá-las na escola, assim como, vencendo os obstáculos, ajudaram a assegurar a rapidez na reforma agrária, na titulação das terras indígenas e dos remanescentes dos quilombos. Muito obrigado.

Se avançamos nesse caminho – e estou certo de que o Brasil o fez –, isso se deve a cada um de vocês. Existe, hoje, entre nós, uma consciência efetiva de que os direitos humanos são parte constitutiva da Nação que queremos ser.

No ano em que se comemoram os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, registro com satisfação que os preceitos aí contidos estão refletidos no espírito e na letra do Programa Nacional dos Direitos Humanos, iniciativa que coloca o Brasil num grupo reduzido de países.

Resultado de ampla consulta à sociedade, esse verdadeiro guia do cidadão não teria sido elaborado, não fossem o empenho e a competência de dois destacados militantes dessa causa: o Doutor José Gregori, aqui presente, e o Doutor Paulo Sérgio Pinheiro, ausente, porque sofreu um acidente em missão, também, das Nações Unidas, na África, que, neste momento, está tratando de convalescer, ao qual expresso – tenho certeza de que é o sentimento de todos nós – pronto restabelecimento.

Esse programa representou o impulso adicional para um amplo processo legislativo. Nunca foram aprovadas tantas leis para coibir a violência, combater a impunidade, proteger o cidadão e acelerar progra-

mas do tipo da reforma agrária. Agradeço, portanto, também, ao Congresso Nacional.

O desafio dos direitos humanos, hoje, é menos o de mobilizar a sociedade e de preparar leis do que o de assegurar uma proteção efetiva dos direitos que já reconhecemos. A dificuldade está em transformar intenções generosas em realizações concretas. Isso é verdade, mesmo nos países ricos e precursores das lutas humanitárias. Eles vivem, com perplexidade, o aumento da exclusão e de novas formas de discriminação, como as que afetam os imigrantes estrangeiros.

Enquanto isso, o Brasil decreta a anistia de algumas dezenas de milhares de estrangeiros em situação irregular e continua, assim, a demonstrar a sua hospitalidade aos que optaram por viver entre nós e por compartilhar do nosso destino. Ao mesmo tempo, busca dar abrigo aos refugiados, vítimas da violência da discriminação, que pagam um preço elevado pelas transformações traumáticas de nossos dias.

Não seria justo dizer que não fizemos um progresso na luta contra a impunidade, mas o avanço ainda é lento. Os assassinos de Chico Mendes estão presos. Vários dos acusados da chacina da Candelária e de Vigário Geral estão condenados. Os responsáveis pelos assassinatos de Corumbiara, de Eldorado dos Carajás e do Carandiru já foram pronunciados, mas ainda não foram a julgamento. O Governo não descansará, enquanto crimes desse tipo não tiverem castigo exemplar.

Um acesso mais amplo à Justiça e uma maior rapidez na resposta são reivindicações legítimas de nosso povo, que requerem ação imediata. Quanto mais profundas as transformações da sociedade, maiores as demandas da população. Demandas legítimas e necessárias, pois trazem o progresso e aperfeiçoam as instituições.

A sociedade moderna não se satisfaz apenas em assegurar os direitos do indivíduo, da família, das minorias étnicas ou religiosas. Reivindica a igualdade de oportunidades e rejeita as formas veladas ou explícitas de exclusão. Ela quer emprego, saúde e educação.

A luta pelos direitos humanos evolui, assim, progressivamente dos direitos individuais para os direitos sociais, de uma noção do que o Estado não deve fazer – de modo a respeitar os direitos e liberdades

individuais – para a visão no que o Estado deve intervir para reduzir as desigualdades. Daí, o dever de assegurar políticas públicas universais e de qualidade, dirigidas para os estratos mais pobres da população, com o objetivo de dar oportunidade àqueles que nunca a tiveram.

É nisso que estamos empenhados no Brasil. Mas não podemos realizar essas tarefas, tão necessárias quanto complexas, de um dia para o outro. Dar emprego aos que querem trabalhar, melhorar a educação e o atendimento na saúde são os nossos grandes desafios. São também o compromisso que assumimos. Compromissos que temos as condições de cumprir, porque o País tem rumo, está empenhado em dar mais eficiência à gestão das políticas públicas e está recriando as condições para um desenvolvimento sustentado, que é pré-requisito para as nossas aspirações.

E, por maiores que sejam as turbulências que vêm de fora, um país que tem a noção da sua responsabilidade para com os seus cidadãos, que tem rumo, que tem disposição para o trabalho, que tem firmeza na condução dos seus objetivos não deve temer. Deve, sim, reconhecer as dificuldades, mas não deve ceder a elas. Deve buscar, cada vez mais, a união interna de todos os brasileiros diante de objetivos que são nacionais, que são de preservação do bem-estar da nossa população. Deve buscar uma ação mais efetiva no plano internacional, diante de objetivos que, realmente, requerem uma coordenação crescente dos núcleos decisórios em nível internacional, porque os desafios são muito grandes e as instituições disponíveis não têm demonstrado a eficiência que era de se esperar. Portanto, a situação requer que os líderes mundiais, incluindo os líderes dos países em desenvolvimento, chamados, hoje, de emergentes, tenham uma atividade de coordenação também crescente e de exigência paulatina de uma resposta solidária. Nós precisamos desenvolver o conceito de globalização solidária, e não apenas uma globalização excludente.

Mas o Brasil, por todas as razões já aqui mencionadas, é um país que, hoje, tem noção do que deva fazer, que voltou a ter auto-estima. E vai guardar essa auto-estima. E vai ser capaz de contribuir para que nós avancemos na direção já mencionada.

Por isso mesmo, e com razão, nós dedicamos o Dia da Pátria aos direitos humanos, pois, ao falarmos deles, estamos falando de liberdade, de democracia e de desenvolvimento. Estamos falando do projeto de um Brasil novo, próspero e justo, do Brasil que sempre sonhamos, que, agora, temos condições de transformar em realidade, graças ao empenho de todos, da sociedade, do Governo, dos que mais precisam, dos que não precisam tanto, mas com uma vocação de serviço e com um sentimento muito agudo de que, só dando-nos as mãos uns aos outros, daremos passos firmes adiante, no sentido da consolidação da aspiração de uma sociedade melhor, mais justa e de um país, de uma nação boa para seus filhos.

Muito obrigado.

